

A Construção da Nação em Cabo Verde: Homogeneidade e Heterogeneidade na Configuração Identitária

João Paulo Madeira

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UI)

joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

RESUMO

Em oposição à situação predominante da heterogeneidade da maioria dos países africanos, cuja sociedade compreende a existência de inúmeros grupos étnicos ou diferentes religiões e culturas, Cabo Verde é definido como um Estado-Nação que reconhece uma identidade coletiva, traduzida na língua e na identificação de elementos culturais comuns pertencentes a um mesmo espaço arquipelágico. O ponto de partida para este estudo assenta na preocupação em se compreender a noção de Nação neste país, que sugere a ideia de uma sociedade onde os fatores homogêneos predominam sobre os heterogêneos ou, em último caso, que se trata de um mecanismo de coabitação entre estas duas dimensões que poderão inicialmente parecer antagónicas, mas que prestam um especial sentido ao debate acerca da identidade nacional. Ao longo deste artigo, destacaremos tantos os factos históricos, bem como o contributo dos principais movimentos culturais, sem ignorar a importância da tomada de consciência no que se refere à ideia de Nação.

Palavras-chaves: Nação; Identidade; Homogeneidade; Heterogeneidade.

ABSTRACT

As opposed to the prevailing situation of the heterogeneity of most African countries, whose membership comprises the existence of numerous ethnic groups and different religions and cultures, Cape Verde is defined as a nation-state that recognizes a collective identity translated into the language and identifying elements common cultural belonging to the same archipelagic space. The starting point for this study is based on the concern to understand the notion of nation in this country, which suggests the idea of a society where homogenous factors predominate over heterogeneous or, ultimately, it is a mechanism of cohabitation between these two dimensions that may initially seem antagonistic, but that provides a special sense in the debate about national

identity. Throughout this article, we will highlight many historical facts as well as the contribution of the major cultural movements, without ignoring the importance of awareness regarding the idea of nation.

Key words: Nation; Identity; Homogeneity; Heterogeneity.

Notas Introdutórias

No âmbito dos quarenta anos da independência de Cabo Verde, importantes desafios se impõem, sobretudo no que se refere à consolidação do Estado-Nação. O arquipélago foi descoberto no século XV, a partir da expansão marítima portuguesa, e se demarcou no contexto das antigas colónias portuguesas em África, uma vez que em Cabo Verde em finais do século XVIII, já se poderia discutir acerca de uma identidade que se caracteriza sob a forma objetivista de Nação, sobretudo quando se fundamenta uma expressão cultural nacional, baseada na convivência dos agrupamentos humanos, no seu espírito, carácter, idioma, crenças, história, tradições, nas manifestações artísticas e no seu folclore (Dos Santos, 2005). Na maioria dos países africanos lusófonos, é o Estado que tem vindo a preconizar, desde a luta de libertação (1961-1974), a construção de uma Nação e de uma identidade cultural comum.

A problemática sobre a Nação em Cabo Verde tem sido acompanhada de uma relativa preocupação para com as questões identitárias que se prendem essencialmente com as diferenças entre as ilhas, e igualmente quando se discute a respeito de uma aproximação política, social, cultural e económica à África e/ou Europa. Por um lado, questiona-se se o que efetivamente predomina são os fatores homogéneos sobre os fatores heterogéneos ou se se trata de um processo contrário. Apesar de se verificar uma heterogeneidade cultural nas diferentes ilhas do arquipélago, o cabo-verdiano partilha de aspetos comuns, o que permite afirmar que existem elementos culturais enraizados no quotidiano como sejam os costumes,

as crenças, as tradições orais, a língua, a música e a dança, bem como certos padrões de comportamento e de religiosidade.

Os investigadores divergem relativamente às características socioculturais entre as ilhas. Para uns, em virtude das particularidades sociais, geográficas e históricas, as ilhas do arquipélago são essencialmente homogéneas, para outros, elas são, na sua essência, heterogéneas, pelo facto de cada umas delas se ter adaptado a diferentes realidades decorrentes dos processos inerentemente sociais e geográficos. Cabo Verde caracteriza-se por ser uma sociedade que não contempla a existência de grupos étnicos e/ou culturas. A investigação sobre a formação da identidade e construção da Nação em Cabo Verde revela-se particularmente importante quando analisadas à luz da existência de uma Nação, que precede em aproximadamente dois séculos a criação de um Estado independente.

1. Génese da Identidade e da Nação Cabo-verdiana

Debruçar-se acerca da identidade e da Nação em Cabo Verde, requer que se analisem os diferentes momentos cronológicos que marcaram efetivamente a história do arquipélago. De entre esses, destaca-se o modo como as ilhas foram inicialmente descobertas e posteriormente povoadas. Dever-se-á igualmente referir o surgimento dos “filhos da terra”, o seu contributo na estruturação social e na administração pública local e colonial. Destaca-se aqui igualmente a importância do ensino e da literatura na afirmação da elite cultural e da consciência nacional.

Cabo Verde foi descoberto a partir de um processo de expansão marítima na segunda metade do século XV. O arquipélago encontrava-se na altura desabitado, sem manifestar vestígios que confirmassem a existência de assentamentos humanos, antes da chegada dos navegadores ao serviço da Coroa Portuguesa (Fernandes, 1951). O descobrimento de Cabo Verde insere-se numa realidade diferente daquelas que se verificavam em outras

colónias de expressão portuguesa, nomeadamente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, fazendo do país, um caso *sui generis*, na medida em que a metrópole se aventurou em fixar-se num arquipélago despovoado, criando nele estruturas de permanência, atendendo às realidades geográficas e climáticas. De facto, “foram os portugueses que trouxeram estas ilhas para o conhecimento do mundo: provavelmente em 1460, as ‘ilhas orientais e meridionais’; em 1462, as restantes” (Brito, 1966, p. 28).

O povoamento de Cabo Verde que se desencadeou, graças a Carta Régia de 1466, a qual concedia um conjunto de privilégios aos moradores ou aos que se aventurassem a fixar-se inicialmente em Santiago, permitiu criar as condições necessárias para a estruturação social e administrativa das ilhas em períodos históricos diferentes (Correia e Silva, 1995). Em 1461, por ordem do Infante D. Fernandes, sucessor do Infante D. Henrique, iniciou-se o povoamento das ilhas de Santiago e do Fogo. Segue-se o povoamento do Maio (1490) e da Brava (1545) e, posteriormente de Santo Antão (1548). No século XVII, foram povoadas as ilhas da Boavista (1620) e de São Nicolau (1623) e, por último, as ilhas de São Vicente (1795) e do Sal (1893) (Rego, 1956).

A divergência de interesses entre a metrópole e os moradores intensificase a partir da implementação da Carta de Limitação de Privilégios de 1472, que impedia os habitantes de Santiago comercializarem mercadorias que não fossem produzidas nas ditas ilhas, o que obrigou a que estas tivessem que ser localmente produzidas. O facto de a produção carecer, em quantidade proporcional, de mão-de-obra escrava, contribuiu para que os escravos tivessem que participar diretamente no povoamento do arquipélago que inicialmente era restringido à ilha de Santiago. Esta aproximação acabou por permitir um cruzamento étnico e cultural entre contingentes africanos e europeus que, perante as condições geográficas e climáticas adversas, veio dar origem a um novo elemento humano, os designados “filhos da terra” e a uma nova cultura, a cabo-verdiana.

O mestiço tornou-se, a partir do século XVII, o principal agente das transformações sociais e culturais em curso (Duarte, 1998). A fixação de europeus e africanos no arquipélago, estes últimos, tanto escravos como homens livres, acabou por permitir que a estruturação social, económica e administrativa se tornasse efetivamente uma realidade. Os “filhos da terra” passaram progressivamente a desempenhar o papel de oficiais régios dos vários escalões da administração local da época (Cabral, 1995). Foi durante este século que os cargos administrativos mais importantes, anteriormente desempenhados pelos colonos, passaram a ser ocupados pela “elite local” ou “elite endógena”, visto que muitos dos seus antecessores já não encontrarem atrativos suficientes que justificassem efetivamente a sua fixação. Esta conquista, graças ao importante papel que o ensino teve no processo, permitiu ao mestiço ascender na estrutura política e administrativa do Estado colonial. Este, com a colaboração da Igreja Católica, criou em 1817 a Escola Primária na Vila da Praia e, mais tarde, tiveram lugar as primeiras “aulas” na Escola Principal em 1848 na ilha da Brava. A criação do primeiro Liceu Nacional ocorreu em 1860, na cidade da Praia e trouxe uma importância significativa na escolarização da elite cultural, que serviu de mediadora junto da metrópole. Os indivíduos ali formados passaram a desempenhar um papel de saliência na promoção social, e a ocupar importantes cargos, sobretudo como agentes administrativos, tanto em Cabo Verde, como em outras colónias de expressão portuguesa.

Nesta sequência, destaca-se, em meados do século XIX o surgimento da literatura que serviu de base à elite cultural como instrumento de afirmação da identidade. Através dela, sobressaiu a ideia de uma identidade cultural com características próprias, que evidencia aspetos particulares do cruzamento de culturas. A literatura constituiu, desde de 1800, um meio de reflexão acerca das vicissitudes, das alegrias, dos amores, das esperanças, das desilusões, das angústias que tiveram lugar no arquipélago. O crescimento progressivo de uma nova literatura que englobava os temas

da política, da economia, da religião, da língua e da música acabou por distanciar, paulatinamente, o cabo-verdiano na sua maneira de sentir e de pensar em relação aos habitantes da metrópole. Esta consciência é tida como algo que não foi imposta, pois integra-se no processo de construção da Nação através de um grupo de escritores, poetas, ficcionistas, ensaístas, músicos moldados por um sentimento de partilha comum. Esta perspetiva enquadra-se no argumento de que “o poder cultural nacional passa a existir quando qualquer nação toma consciência de uma consciência nacional, de ter um chão físico da origem do grupo (isto é, de ser uma pátria) e um chão moral da história (isto é, de ser uma nação)” (Maltez, 1991, p. 214). Ligado a este processo de mobilização podem destacar-se as diversas revoltas populares que tiveram lugar em Engenhos (1822), Praia (1836), Achada Falcão (1841), Sal (1847), Santo Antão (1886), Ribeirão Manuel (1910), Achada Portal (1920) e, por último, as que ocorreram na ilha de São Vicente (1929 e 1934). Estes acontecimentos constituem exemplos de aspetos que possibilitaram a criação das condições necessárias para o reconhecimento de características identitárias e culturais que foram sendo gradualmente conquistadas ao longo de dois séculos de lutas, ações e reivindicações, sobretudo por melhores condições de vida.

2. Unidade e Diversidade Insular: A Singularidade de Cabo Verde

Os diferentes contingentes populacionais europeus e africanos que participaram no povoamento de Cabo Verde, pelo facto de partilhar de um mesmo espaço geográfico, acabaram por criar novas estruturas e práticas através do processo de interpenetração cultural, que passou a constituir uma característica comum a todas as ilhas. Esta concepção enquadra-se na perspectiva de Canclini (2011), que apresenta de forma pormenorizada a problemática das culturas híbridas, considerando que existem conflitos gerados pela interculturalidade no processo de cruzamento de povos e

esta particularidade, contribui positivamente para que novas estruturas e práticas surjam aquando da formação de uma sociedade. Quando se debate a problemática da unidade e diversidade identitária, existe a preocupação em se revisitar as diferentes perspectivas teóricas, nomeadamente aqueles que defendem a homogeneidade entre ilhas e os que admitem que as ilhas são essencialmente heterogêneas, sem contudo refutarem a hipótese de que existem troncos comuns que identificam e unem os cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora. As circunstâncias provenientes das relações entre as civilizações presentes na formação da Nação cabo-verdiana permitiram proporcionar as características que são tidas como particularizáveis a cada uma das ilhas, mas que constituem “fundamentalmente, um povo com comportamentos generalizáveis a todo o arquipélago e afinidades que são as raízes da cultura cabo-verdiana – língua, miscigenação, interpenetração sociocultural, sincretismo religioso” (Lopes Filho, 2003, p. 227). A maioria da população cabo-verdiana, pelo menos os residentes no arquipélago, possui uma identidade cultural bastante homogênea e de notável coesão e “estabelecem uma matriz cultural genérica sobre a qual assentam diversificações regionais, locais ou diaspóricas” (Laranjeira, 2011, p. 18). Na verdade, a extensão da administração colonial a todo o território, bem como a língua em uso, “fosse o crioulo, fosse o português, eram verdadeiros fatores de unificação, não menos certo que o pulsar da vida dos povos traduzia em formas próprias, de ilha para ilha, e por vezes, em grupos de várias ilhas, sofrendo umas maior ou menor influência das outras” (Silveira, 2005, p. 112).

A mestiçagem biológica e cultural não se processou de forma uniforme por todo o arquipélago, pois é possível verificar diferenças acentuadas de ilha para ilha. Artur Monteiro Bento considera que “os povoadores esqueceram as diferenças etnoculturais, mesclando-se as diversas contribuições, tanto africanas quanto europeias. Disso resulta um povo que, apesar de parecer homogêneo, é bastante heterogêneo” (Bento, 2005, p. 31). O povoamento

das ilhas do arquipélago ocorreu de forma diferenciada. No caso das duas primeiras, Santiago e Fogo, foram povoadas em meados do século XV com colonos e escravos provenientes da costa africana. Desde o século XVI, os mestiços nascidos no arquipélago, participaram igualmente no povoamento das restantes ilhas. Estabelecendo uma comparação entre as ilhas de povoamento mais tardio e a ilha de Santiago, no que se refere à organização social e cultural, considera-se que, povoadas mais tarde, em épocas diferentes, as restantes ilhas, “não obstante as características comuns, complementares ou de reciprocidade que delas fazem um todo articulado, apresentam formas de ocupação da terra, relações de trabalho, actividades económicas e composição social diferenciadas entre si e em relação a Santiago” (Tolentino 2007, p. 200). Apesar de cada ilha possuir as suas particularidades culturais, fruto de variados condicionalismos sociais, existem, todavia, determinados comportamentos que os une. Em Cabo Verde, “a exiguidade territorial e o suposto isolamento do arquipélago prenunciariam um elevado grau de homogeneidade cultural e um relativo consenso sobre os principais marcadores da identidade nacional” (Caldas, 2011, p. 171). Esta é a opinião daqueles que defendem que a sociedade cabo-verdiana se caracteriza pela sua homogeneidade, pois consideram que não se verificam conflitos típicos visíveis das sociedades heterogéneas, como sejam os conflitos étnicos e religiosos.

Devido às diferentes características de cada uma das ilhas, é natural que, por vezes, se verifique um certo antagonismo entre os seus habitantes, mas efectivamente o que se procura é o desenvolvimento harmonioso e equilibrado entre elas, sem esquecer Cabo Verde enquanto Nação. A realidade cultural vivenciada em cada uma destas ilhas é fruto de um contexto histórico em que decorreu o processo de povoamento e dos contactos estabelecidos com outros povos e culturas. Os cabo-verdianos constituem uma “síntese”, pois são oriundos do cruzamento de vários elementos populacionais e que devido à dispersão territorial do arquipélago,

acabaram por conferir características peculiares, que se repercutem nos modos de sentir, pensar e de agir. As diferenças reflectem-se nos mais variados comportamentos e distintas manifestações culturais de cada ilha, e que são visíveis na dança, na música, nas festas populares, no folclore, na arte e na literatura. Porém, os cabo-verdianos sentem que são detentores “de uma comum identidade cultural, nacional na sua essência, e homogénea nos seus traços essenciais” (Almada, 1997, p. 28).

Considerações Finais

É um facto que a autenticidade do processo de formação da identidade e da construção da Nação em Cabo Verde, resulta de um encontro secular entre duas civilizações, ambas com estatutos diferentes, e que acabaram por permitir a concepção de um sentimento comum e, ao mesmo tempo, que se afirmasse na esfera pública cabo-verdiana, uma elite cultural defensora da identidade cabo-verdiana, ora ambivalente no pensamento e acção discursivo-literária, ora determinada em alcançar a autodeterminação e independência.

Cabo Verde caracteriza-se por ser uma Nação que não herdou divisões étnicas, o que se traduz numa certa homogeneidade do ponto de vista cultural e identitário. A formação da identidade no arquipélago é o resultado de um processo que deu lugar a um fenómeno local observável a partir de uma perspectiva de alteridade “o nós e o outro”, com destaque para os estereótipos que são visíveis entre “badiu”/”sampadjudu” e “africanistas”/”europeístas” configurados pelo processo histórico. A divisão verificada entre as ilhas de Sotavento e de Barlavento, no seu todo, não afeta o reconhecimento de uma base comum, de uma identidade coletiva traduzida numa língua e numa cultura, que se reconhece através de um recorte social único e de um mecanismo de identificação, de comunhão e de reconhecimento como cabo-verdianos. Contudo, é oportuno realçar que tem fundamento formular uma explicação acerca da formação da

identidade e da construção do Estado-Nação, apesar desta análise se encontrar num processo permanente de revisitação, dado que o país sofre influências nos mais diversos níveis, sobretudo da emigração. Verifica-se atualmente a existência de uma identidade cultural e um espírito de aproximação e de cordialidade evidente que liga os cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora.

Os contornos desta discussão levantam questões importantes, sobretudo quando analisadas à luz da formação da identidade e construção do Estado-Nação. Estas mostram-se fundamentais e reforçam a aceção de que existem elementos identitários que são particularizáveis a cada uma das ilhas e que permitem salientar o tal fator heterogéneo que é, apesar de tudo, dissemelhante e desigual, mas que, no caso cabo-verdiano, conflui para formas generalizáveis, o tal aspeto homogéneo que acaba por uniformizar e permitir a tal coesão identitária.

Bibliografia

- ALMADA, J. L. H. (1997). Homogeneidade e Heterogeneidade da Caboverdianidade. *Fragmentos: Revista de Letras, Artes e Cultura*, 11/15, 28-37.
- BENTO, A. M. (2005). *Memória Híbrida, Identidade e Diferença: Uma visão Múltipla da Comunidade Caboverdiana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNIRO.
- BRITO, R. S. de (1966). Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Alguns Aspectos da Terra e dos Homens. *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965- 1966* (pp. 21-33). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- CABRAL, I. M. (1995). Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação. Em M. E. M. SANTOS (Coords.). *História Geral de Cabo Verde* (Vol. II, pp. 225-274). Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

- CALDAS, M. de L. M. (2011). *A Construção da Diferença num Arquipélago Mestiço: Brancos e Não- Brancos na São Filipe da Primeira Metade de Novecentos* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- CANCLINI, N. G. (2011). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CORREIA E SILVA, A, (1995). *História de um Sabel Insular*. Praia: Spleen.
- DUARTE, D. A. (1998). Literatura e Identidade: Uma Abordagem Sociocultural. *Revista Cultura*, 2, 2, 7-15.
- DOS SANTOS, A. P. R (1998). *As Metamorfoses do Estado: Rumo à Mega-Confederação Europeia?* Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, V. (1951). *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Senegal au Cap de Monte, Archipels): 1506-1510*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- LARANJEIRA, J. L. P. (2011). A Identidade “Crioula” e Negro-africana e uma Nova Representação da Mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (pp.18-31). Em M. G. Ribeiro & S. R. JORGE (Orgs.). *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- LOPES FILHO, J. (2003). *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- MALTEZ, J. A. (1991). Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa. *Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 18, 1991, 119-235.
- REGO, A. da S. (1956). *Curso de Missionologia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- SILVEIRA, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Colibri.
- TOLENTINO, A. C. (2007). *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.